

| 387 | DESENVOLVIMENTO E METROPOLIZAÇÃO: REPERCUSSÕES DO “NOVO DESENVOLVIMENTO” BRASILEIRO NO ESPAÇO METROPOLITANO

Felipe Rangel Tavares

Resumo

O novo desenvolvimento brasileiro pode ser definido dentro de um paradigma que orienta as ideologias e práticas que o caracterizam. Neste sentido, buscamos defini-lo a partir de seu paradigma desenvolvimentista de origem, para investigar como o espaço metropolitano é produzido a partir desse sistema de verdades, um discurso que se converte em práticas espaciais, medidas econômicas e políticas públicas que visam o progresso, a modernização, emblemas do desenvolvimento enquanto intenção. Constatamos que a metrópole é produto de um projeto de desenvolvimento que visa garantir a sustentação e gestão do modelo de produção capitalista, tendo o investimento em infraestrutura física e social como carro-chefe deste. Apresentando uma “abertura” do espaço à política, entendemos que este não é apenas um produto, mas um meio, e que metrópoles e desenvolvimento são mais que conceitos ou noções, são direitos daqueles que devem se apropriar destes para imaginar e definir outros desenvolvimentos a partir de suas experiências vividas no espaço com autonomia.

Palavras-chave: desenvolvimento, espaço, metropolização, novo-desenvolvimento.

1. Introdução

O novo desenvolvimento brasileiro reforça o que Chesneaux (1996) apresenta como “uma situação de dissociação para com o ambiente natural, social, histórico e natural”, isto é, “fora do chão, o que constitui uma categoria geral da modernidade”. O autor afirma que: “as pessoas se acham projetadas em sistemas cuja escala é desproporcional à extensão de suas percepções e às capacidades de seus corpos”. Neste sentido as cidades e metrópoles brasileiras, no que tange ao planejamento e urbanismo, são sistemas concebidos e produzidos “fora do chão”, para dar suporte à dinâmica do mercado global e aos interesses das classes dominantes. A infraestrutura física e social com finalidade turística exemplifica muito bem essa questão: Paisagens inteiras são construídas à atividade, repletas de hotéis, áreas de lazer, centros culturais, shopping centers e toda sorte de possibilidades para o consumo globalizado. Assim, o espaço e o lugar tendem à homogeneização. Percorremos a cidade e nos perdemos com a semelhança dos prédios, dos monumentos, das pessoas. A história da cidade é construída sobre uma realidade que não existe. O equipamento urbano visa apenas a acelerar a circulação, o movimento, a passagem (Chesneaux, 1996, p.21).

Entretanto, para este cenário concebido como “pronto e acabado”, cujo projeto de desenvolvimento se apresenta como modelo único e melhor de realização da vida, o espaço

desempenha um potencial que cria “aberturas”. Partilhamos da ideia de Massey (2012, p.29) que defende uma abordagem alternativa do espaço. Segundo a autora, o espaço é produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, “desde a imensidão do global, até o intimamente pequeno (...) o espaço é a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade (...) na qual distintas trajetórias coexistem (...) estando sempre em construção (...) sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado”. Neste sentido, todos os agentes sociais passam a ser atores e sujeitos, uma vez que passam a ser considerados, começam a “existir”. Suas vozes são ouvidas, suas faces são reconhecidas, e assim, adquirem novamente o status (sempre presente, mas obscurecido, diminuído) de sujeitos e arquitetos de seu próprio destino, capazes de formular, definir e direcionar seus desejos, suas necessidades, seu cotidiano, seu desenvolvimento e seu espaço.

As transformações positivas narradas pelos meios de comunicação e por relatórios do Estado no que diz respeito ao “novo desenvolvimento brasileiro” parecem inconsistentes, uma vez que velhos problemas sociais persistem no cotidiano do brasileiro, produzindo, especificamente, uma crise urbana: Pobreza, desemprego, carência nos setores de saúde, educação, transporte e habitação, problemas ambientais, insegurança e medo na cidade. Onde está o novo desenvolvimento proclamado no Brasil no XXI? Para analisar esta contradição, partimos do seguinte pressuposto: O modelo de desenvolvimento capitalista, proveniente de uma matriz ocidental, tal como sua própria lógica, sobrevive às suas crises mediante a produção do espaço. Neste processo, as cidades perdem sua verdadeira essência (lugar de encontro, festa), constituindo-se em lugar do consumo por excelência. Essa conversão é dirigida por distintos atores que detém o poder (econômico e político) de decisão, em interações mais ou menos intensas (Estado, Bancos, Instituições supra-locais, Incorporadoras imobiliárias), conduzindo a cidade segundo seus interesses.

As cidades se expandem, e o espaço adquire cada vez mais características metropolitanas, cuja função é permitir a reprodução do capital, garantindo sua circulação, um clima favorável de negócios e inserindo-se de modo competitivo no mercado mundial. A intenção, formulada a partir de uma ideologia do desenvolvimento, projeta-se na realidade prático-sensível e produz o espaço conforme a sua imagem e semelhança. Dessa forma, o projeto de desenvolvimento hegemônico, concebido como uma ideologia, produz o espaço metropolitano e este intervém nas relações sociais que também o reproduz. Assim, a metrópole é produto de um projeto de desenvolvimento cuja finalidade é reproduzir a lógica do sistema capitalista.

Este trabalho dedica-se, inicialmente, a uma breve discussão sobre o conceito de desenvolvimento e as características do modelo brasileiro, tendo como referencial teórico, Escobar (2005), Castoriadis (1987), Souza (1996, 1997) e Schech e Haggis (2003) e o livro “Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro” (IPEA, 2010). Como veremos, o desenvolvimento pode ser conceituado de formas distintas, que são reflexos de momentos da sociedade e orientações teóricas incongruentes. Portanto, para compreender o “novodesenvolvimento brasileiro”, sua ideologia e influências no espaço, é importante situá-lo dentro de sua matriz paradigmática de origem.

O prisma de análise desta investigação é a metrópole. De acordo com Souza (2005), “refletir sobre a crise urbana ou, mais especificamente, crise metropolitana significa pensar as dificuldades e perspectivas do desenvolvimento através de um prisma privilegiado, porque denso de problemas, mas, ao mesmo tempo, de ideias e criatividade, que são as metrópoles”. A metropolização é um processo que confere características metropolitanas ao espaço, logo, trata-se de um processo espacial (Lencioni, 2003). Neste sentido, ao tratarmos sobre desenvolvimento e metropolização, utilizaremos o espaço como categoria analítica fundamental para compreender alguns desdobramentos do novo desenvolvimento brasileiro na metrópole. Essa interação nos permitirá criticar a problemática do desenvolvimento brasileiro e como ele tem sido abordado convencionalmente: monodimensional, monoescalar e simplificador, além de apontar as fraturas e aberturas na produção do espaço nessa perspectiva absoluta e acabada, desenhando novas possibilidades.

Tomar um rumo contrário a este movimento exige que a produção do espaço seja revelada a partir do reconhecimento dos atores e agentes, das intencionalidades e das relações de poder. Desvendar a produção do espaço é também destruir os mitos e as ideologias por trás das práticas, das teorias e dos números que pretendem representar a realidade. É romper com o regime de produção de verdades que deseja ser incontestável, fundamentado na razão e na técnica. Para tal, é preciso abrir mão de análises fragmentadoras, disjuntivas e simplificadoras, que reduzem a realidade em dimensões desconectadas. E mais, conceder o poder de decisão e intervenção, a quem tem o direito de definir suas próprias formas e alternativas de desenvolvimento, o cidadão feito sujeito.

2. Ordem e progresso: O desenvolvimento brasileiro como intenção

De acordo com Escobar (2005), como discurso histórico, o “desenvolvimento” surge após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), pois suas raízes remontam processos históricos mais profundos da modernidade e do capitalismo. Especialistas criaram um vasto

aparato institucional, por meio do qual o discurso converteu-se numa força social real e efetiva, transformando a realidade econômica, social, cultural e política das sociedades vistas como “atrasadas” ou “subdesenvolvidas”. Na América Latina, denominada como “Terceiro Mundo”, o Brasil foi foco de tais intervenções desenvolvimentistas. Vale aqui um esclarecimento breve sobre a expressão Terceiro Mundo. Compartilhamos da ideia de Verhelst (1992) na qual o termo precisa ser criticado e questionado, pois são enormes as diferenças entre os “Terceiros Mundos”, no que diz respeito à situação geográfica, condições econômicas e especificidades sócio-culturais. Utilizaremos o termo porque é sintético e compreendido por todos.

Segundo o relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA - 2010, nas primeiras décadas do século XX o Brasil era um país de reduzida importância no cenário internacional, sendo economicamente caracterizado pelo modelo agrário-exportador e importador de produtos industrializados. Foi somente a partir da década de 1930 que o país inicia “a completa afirmação do novo padrão de acumulação”. A industrialização brasileira na década de 1930, segundo o relatório do IPEA, logrou sucesso pela forte intervenção do Estado no papel de planejador, orientador, financiador, regulador das atividades econômicas, produtor direto e agente da manutenção da ordem social; e também, pela entrada do capital estrangeiro, que se ampliava à medida que o Estado brasileiro lhe oferecia condições cada vez mais vantajosas e de retorno: pesados investimentos em infraestrutura, estradas, portos, geração de energia elétrica e indústrias de base, tal como, em serviços de comunicação.

O Estado brasileiro já fomentava a penetração do capital estrangeiro, fornecendo não só as condições materiais, mas também na dimensão imaterial, nas representações do imaginário social, conduzindo assim a sociedade a um processo civilizatório universal, capitalista, um modo de produção material e espiritual, simultaneamente nacional e internacional (Ianni, 1993).

Segundo Castoriadis (1987), o Desenvolvimento tornou-se tanto um slogan quanto um tema da ideologia profissional - bem como das políticas do governo. O autor explica que o termo começou a ser empregado quando se tornou evidente que o “progresso”, a “expansão”, o “crescimento” não eram virtualidades intrínsecas inerentes a todas as sociedades humanas, cuja efetivação (realização) se pudesse considerar como inevitável, mas propriedades específicas - dotadas de um valor positivo - das sociedades ocidentais.

O Ocidente é uma entidade histórico-geográfica que, conforme Souza (1996), produziu a modernidade, que é por excelência, “o solo cultural onde a ideia de

desenvolvimento se enraíza". Ianni (1993) define alguns fetiches, signos e emblemas do pensamento ocidental: progresso, evolução, ordem e progresso, modernização, racionalização, tecnificação, europeização, americanização. De acordo com Castoriadis (1987) as sociedades ocidentais foram consideradas, até então, como sociedades "desenvolvidas", entendendo-se com isso que elas eram capazes de produzir um "crescimento auto-sustentado"; e o problema parecia consistir unicamente nisto: conduzir as demais sociedades à famosa "etapa de decolagem". Desse modo, o Ocidente se concebia, e se propunha, como modelo para o mundo inteiro.

Neste sentido, de possuir uma autocapacidade de levar o desenvolvimento ao Terceiro Mundo, Schech & Haggis (2003) tratam o desenvolvimento como intenção, o qual assume a possibilidade de agir em nome dele próprio, não sendo um processo imanente, cíclico, mas uma imposição, com capacidade de intervir em prol do progresso, do crescimento. Para as autoras, o desenvolvimento possui diferentes significados, mas é geralmente visto como um objetivo desejável, progresso material e padrão de vida. É um processo de transformação econômica e social que emergiu da Europa e se expandiu para o resto do mundo.

A ideia de que o crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas é, de fato, o objetivo central da vida humana, segundo Castoriadis (1987), deve-se por um lado à emergência da burguesia, sua expansão e sua vitória final, criando assim uma "significação imaginária social". O filósofo afirma que:

Em suma, o movimento se dirige para o cada vez mais; mais mercadorias, mais anos de vida, mais casas decimais nos valores numéricos das constantes universais, mais publicações científicas, mais pessoas com um título de doutor - e o "mais" é o "bom". (Castoriadis, 1987, p.150).

Enquanto significações imaginárias sociais, concebidos também enquanto ideologias, eles eram e continuam a ser consubstanciais a um grupo de "postulados" (teóricos e práticos) dos quais Castoriadis destaca os mais importantes: a) a "onipotência" virtual da técnica; b) a ilusão "assintótica" relativa ao conhecimento científico; c) a racionalidade dos mecanismos econômicos; d) diversos lemas sobre o homem e a sociedade, pregando que estes estão "naturalmente" predestinados ao progresso, ao crescimento, etc., seja que eles podem ser manipulados de diversas maneiras para ser conduzidos até esse ponto.

Estes diversos lemas, são produtos de correntes de pensamentos e sistemas de verdades que subsidiam determinados discursos e ações. É relevante a contribuição que Escobar (2005) faz, ao elaborar a conceituação de desenvolvimento nas ciências sociais, dividindo-a em três momentos principais, que correspondem a três orientações teóricas contrastantes: 1) 1950-1960 - Teoria da Modernização, crescimento e desenvolvimento (período de certezas, os efeitos benéficos do capital, da ciência e da tecnologia); 2) 1960-1970 - Teoria da Dependência, raízes do subdesenvolvimento, dependência externa e exploração interna - o problema não reside no desenvolvimento, mas no capitalismo; 3) 1985-1990 - Aproximações críticas ao desenvolvimento como discurso cultural (discurso de origem ocidental que operava como um poderoso mecanismo para a produção cultural, social e econômica do Terceiro Mundo). Os três momentos podem ser classificados de acordo com os paradigmas originários das quais as teorias surgiram, respectivamente, teorias liberais, marxistas e pós-estruturalistas.

Com base em Escobar(2005), buscamos situar o desenvolvimento brasileiro de acordo com seu “paradigma de origem”, para compreendermos as repercussões no espaço metropolitano. Observamos que, de acordo com os pressupostos, conceitos e critérios que orientam o desenvolvimento brasileiro, este está para a Teoria Liberal. Para apresentar tal constatação, elaboramos uma tabela (Tabela 1), cujo propósito é apresentar como o desenvolvimento brasileiro figura no espaço, a partir das variáveis e da conceituação construídas por Escobar (2005).

Entendendo que o desenvolvimento brasileiro se constitui como uma intenção, e que, o projeto de desenvolvimento capitalista atua através da produção do espaço para sua sustentação, demos alguns exemplos da manifestação deste projeto na construção de espacialidades, relações sociais e representações dessas relações sociais que adquirem concretude no espaço da vida cotidiana. Lembramos que são somente alguns exemplos, dentre inúmeros outros. Esta capacidade é o que determina as relações de poder, controle social e dominação do território, a partir não só de sistemas de objetos e infraestruturas, como também, de ideias e representações, ações imbuídas de intencionalidades.

Tabela 1 – Teoria fundamentadora do desenvolvimento brasileiro.

VARIÁVEIS	TEORIA LIBERAL	DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO NO ESPAÇO
Epistemologia	Positivista	Ideia de avanço linear; Território como um espaço absoluto, recipiente vazio onde se pode operar em prol do desenvolvimento.
Conceitos-chaves	Indivíduo, Mercado	Representações do real a partir da ocultação de outros aspectos relevantes do espaço (política, cultura, natureza, etc.).
Objeto de estudo	“Sociedade”, Mercado, Direitos	Simplificação e redução referentes ao tratamento das questões multidimensionais e complexas do espaço.
Atores relevantes	Indivíduos, Instituições, Estado	Vistos como elementos isolados, representados por números, taxas; As contradições do espaço são apagadas pelo tratamento economicista. O mercado é o regulador da vida social, impondo sua racionalidade à sociedade.
Perguntas do Desenvolvimento	Como pode uma sociedade desenvolver-se ou ser desenvolvida através da combinação de capital e tecnologia e ações estatais e individuais?	Sociedade e espaço como elementos passivos, que podem ser moldados, segundo os interesses de especialistas.
Crítérios para transformação	Progresso, crescimento, adoção de mercados.	Investimentos em infraestrutura, inserção competitiva no mercado, sociedade para o consumo. Promoção da lógica capitalista – produzir, distribuir, circular, auferir lucros: Crescimento econômico é o resultado que se espera.
Mecanismos para transformação	Melhores teorias e dados; Intervenções mais focadas.	Quantificação, fragmentação e redução a serviço de intenções que tendem a se apresentar como neutras, mas que na verdade, contribuem para escamotear os mecanismos e técnicas de produção do espaço.
Atitude crítica a respeito do desenvolvimento e da modernidade	Promover um desenvolvimento mais igualitário (aprofundar e completar o projeto da modernidade)	Ideologias, discursos e representações que legitimam as intervenções e a produção capitalista do espaço.

3. Desenvolvimento e metropolização do espaço

Constatamos que, dentro de uma perspectiva onde desenvolvimento significa crescimento econômico, progresso e modernização, o investimento em infraestruturas torna-se necessário para atrair capital e contribuir assim para o processo de acumulação, relativizando o poder do Estado: sua “mão” atua de maneira mais ou menos “pesada”, dependendo dos interesses que estão em jogo. O Estado tem sido o ator fundamental da dinâmica do capitalismo global, ao usar seus poderes para formar a adoção de arranjos institucionais capitalistas, mas também para adquirir e privatizar ativos como a base original da acumulação do capital; Devem ser legalmente garantidas instituições de mercado e regras contratuais, outras estruturas de regulação para conter conflitos de classe; políticas relativas à segurança da oferta de dinheiro e aos negócios e relação comerciais externos também têm de ser estruturadas para beneficiar a atividade de negócios (Harvey, 2009).

A metrópole constitui esta paisagem de acumulação, produto de um projeto de desenvolvimento cuja finalidade é aferir lucros intermináveis e reproduzir a lógica do modo de produção capitalista, reagindo às crises através da produção do espaço, por meio das relações sociais, como também de representações de certas relações sociais. Para Carlos (1996, p.192), a metrópole é vista como um símbolo do mundo moderno, um centro onde a vida flui com incrível rapidez, o que impõe um ritmo alucinante e a banalização de tudo como produto direto do processo de homogeneização. Conforme Lencioni (2006), o conceito de metrópole é polissêmico. A autora destaca alguns pontos comuns à interpretação do que vem ser a metrópole, dos quais ressaltamos: a) uma gama diversa de atividades econômicas, destacando-se a concentração de serviços de ordem superior; b) nó significativo de redes, sejam de transporte, informação, comunicação, cultura, inovação, consumo, poder ou, mesmo, cidades c) ponto de grande densidade de emissão e recepção dos fluxos de informação e comunicação; d) lócus privilegiado de inovação. Os emblemas “modernidade”, “inovação”, “fluidez”, expressam o que Carlos (1996) chama de um “novo espaço”,

que tende a se criar na escala mundial, na busca por uma nova racionalidade, uma lógica subjacente pelo emprego do saber e da técnica, da supremacia de um poder político que tende a homogeneizar o espaço através do controle, da vigilância, apoiado na mídia que reproduz uma realidade vivida e imposta através da utopia e da tecnologia que tende a programar e a simular o futuro. (Carlos, 1996, p.192).

O que mais importa é a possibilidade da acumulação por meio da produção do espaço urbano (Lencioni, 2010). A autora explica que a produção do espaço urbano é também a produção das condições urbanas, que no momento atual, constituem uma esfera privilegiada de investimento de capital. Fundamentada em Lefebvre, a autora refere-se ao espaço nas sociedades modernas avançadas, como sendo homogêneo, fragmentado e hierarquizado. Homogêneo porque as cidades e edifícios se assemelham cada vez mais, os elementos são como cópias, mais do mesmo. É fragmentado devido ao fracionamento do solo urbano para atender ao mercado imobiliário: espaços de moradia, lazer, favelas, condomínios privados, shopping-centers, expressão da segregação espacial, negação do urbano, anti-cidade. Finalmente, o espaço é hierarquizado, pois o estilhaçamento decorrente das diferenças que emergem pela homogeneização (que nunca é absoluta), determina o domínio do poder a partir da centralização deste, provocando a hierarquização. A metropolização, hoje, diz respeito à hierarquização do espaço a partir da dominação de centros que exerce sua função administrativa, jurídica, fiscal, policial e de gestão. A metrópole guarda uma centralidade em relação ao resto do território, dominando-o e articulando áreas imensas (Carlos, 1996, p.192).

Embora o relatório do IPEA (2010) enfatize a retomada da intervenção do Estado como agente definidor e impulsionador do novo padrão de acumulação inaugurado no século XXI com o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - isto ocorre para escamotear a neoliberalização da economia, da política, enfim, do espaço. Dentre outros objetivos, o PAC “recupera o planejamento de longo prazo, abandonado nas décadas anteriores de liberalização da economia”; “tem a finalidade de recuperar a infraestrutura deteriorada e reduzir a desigualdade social”; “estruturar o desenvolvimento e explorar as potencialidades da economia nacional”. As linhas do relatório propõem como resultado “o crescimento da demanda, proporcionando a criação de um potente mercado interno, apoiado na ampliação do consumo em massa”. Nesta perspectiva, “crescimento econômico” é praticamente sinônimo de “desenvolvimento”.

Entretanto, a “mão pesada do Estado”, tida como “grande pilar de sustentação de uma estratégia de superação dos entraves do desenvolvimento” (IPEA, 2010, p.56), não tem sido capaz de promover sozinha, o desejado crescimento econômico. Numa matéria publicada no jornal ‘O Globo’, de 21 de outubro de 2012, a manchete informa o seguinte: “*Governo quer atrair capital privado, mas intervencionismo assusta*”. Apesar dos grandes projetos no setor de energia, aeroportos e portos, mineração entre outros, o governo depende do capital privado, e para isso, precisa de um “ambiente favorável de negócios, seguro e

rentável”, conforme a reportagem. Segundo Harvey (2008), tratando sobre o Estado neoliberal na prática, diz que este, “tende a ficar do lado do clima de negócios favorável em detrimento seja dos direitos (e da qualidade de vida) coletivos do trabalho, seja da capacidade de auto-regeneração do ambiente”. Tratando sobre o Estado desenvolvimentista, Harvey (2008) aponta que este se apoia no setor público, no planejamento estatal e na associação estreita com o capital doméstico e corporativo (em geral estrangeiro e multinacional) para promover a acumulação do capital e o crescimento econômico. O autor afirma que:

Esses Estados costumam dar considerável atenção a infraestruturas sociais e físicas. Isso se traduz, por exemplo, em respeito ao acesso a oportunidades educacionais e assistência à saúde. O investimento do Estado na educação é considerado um pré-requisito crucial para obter vantagem competitiva no comércio mundial. Os Estados desenvolvimentistas se compatibilizam com a neoliberalização na medida em que facilitam a competição entre empresas, corporações e entidades territoriais, aceitam as regras do livre comércio e recorrem a mercados de exportação abertos. Mas são ativamente intervencionistas na criação das infraestruturas necessárias ao clima de negócios favorável. (Harvey, 2008, p.82)

O planejamento do Estado, ao prover infraestruturas sociais e físicas, segundo o relatório do IPEA (2010), logra sucesso, pois “tem exercido poderosa atração sobre os capitais externos, tanto produtivos, quanto especulativos” (p. 40). Nesta perspectiva, “desenvolver-se” significa elevar o Produto Interno Bruto (PIB), o que requer “a retomada do planejamento de longo prazo, gigantescos aportes de recursos para infraestrutura, investimentos vultuosos por parte de empresas públicas, a mobilização de linhas de créditos pelos bancos federais” (p.45). Entretanto, o intervencionismo estatal promove não só atração ao investimento privado, como também, constitui um entrave aos empreendedores. Não estamos defendendo aqui o intervencionismo estatal, nem a liberalização da economia, antes, queremos apresentar a contradição inerente ao modelo de produção capitalista no que concerne ao desenvolvimento como projeto em suas repercussões no espaço, a partir das inter-relações entre distintos atores e agentes sociais: Estado, iniciativa privada e sociedade.

Recentemente o governo brasileiro lançou um novo pacote para reduzir preços de energia, e estuda o lançamento de outros pacotes para investimentos em portos e aeroportos (Jornal O Globo, 21/10/2012). O objetivo é o incentivo ao crescimento econômico

e acabar com os grandes gargalos de infraestrutura do país. Entretanto, em todos os projetos, o governo depende do capital privado (o “espírito animal” dos empresários brasileiros e estrangeiros). As ações intervencionistas, conforme o jornal O Globo, assusta os investidores e inibem os empreendimentos. “Não há como elevar o PIB dificultando o ambiente de negócios, ao impor limites ao retorno dos investidores privados”, diz Will Landers, um funcionário de uma empresa americana responsável por investimentos na América Latina. “Tem muito investidor global que simplesmente diz: não sei o que está acontecendo, não tenho tempo para entender. Quando a poeira assentar, me chame e eu vou ver se tem alguma coisa que sobrou que vale a pena”, afirma Landers.

Por meio de licitações e concessões o governo espera obter investimentos privados de R\$ 2 trilhões para área de infraestrutura até 2032, considerando os setores de energia, petróleo, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, telecomunicações e mineração (Jornal O Globo, 21/10/2012). Entretanto, o risco regulatório, proveniente do intervencionismo, é visto pelos investidores como “obstáculos que colocam o Brasil fora do radar dos megainvestidores globais”. É fácil compreender que setores chave do território, os ativos do país, estarão nas mãos da iniciativa privada, sendo ofertados aos grandes empreendedores globais. Portanto, dentro desta perspectiva de desenvolvimento, as metrópoles e as cidades se constituem como sistemas que visam promover a reprodução da acumulação de capital, por estarem cada vez mais equipadas com infraestruturas e aparelhos que dão suporte ao crescimento econômico e ao modelo de acumulação. Esta lógica produz não só sistemas de objetos materiais, formas (rodovias, hidrelétricas, portos, centros de controle e decisão); atua também produzindo e condicionando os sistemas de ação, transformando e interferindo nas relações sociais, na produção imaterial do espaço, nos modos de pensar, sentir e viver o/no espaço metropolitano. Capel (2003) afirma que a cidade torna-se o lugar do consumo por excelência. Partilhamos neste sentido em relação à metrópole, com suas redes e sistemas de fluxos projetados para garantir cada vez mais a manutenção e sustentação do acúmulo de capital, seja pela produção, pela distribuição, circulação ou pelo consumo.

Neste sentido, o projeto de desenvolvimento brasileiro imprime nas cidades e nas metrópoles, seus fetiches e emblemas - modernização, progresso, avanço tecnológico - e estas adquirem características que suplantam o urbano, transformando suas condições para garantir a reprodução cada vez mais acelerada do capital. De acordo com Capel (2001), o urbano é visto como uma forma específica de povoamento e organização espacial. Para Lefebvre (1986), o urbano seria uma forma geral, a da reunião: o conceito parte de uma teoria

sobre o espaço (social) enquanto produto-produtor, isto é, engendrado pelo modo de produção, mas intervindo em todos os níveis: forças produtivas, organização do trabalho, relações de propriedade – instituições e ideologias.

O espaço não seria nem um ponto de partida, nem um ponto de chegada, mas um intermediário em todos os sentidos desse termo, ou seja, um modo e um instrumento, um meio e uma mediação (Lefebvre, 2008, p.44). Para o filósofo, o espaço resulta do trabalho e da divisão do trabalho, sendo a objetivação do social, conseqüentemente do mental. Assim, o espaço é:

Um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial. É um modo nas mãos de “alguém”, individual ou coletivo, isto é, de um poder (por exemplo, do Estado), de uma classe dominante (a burguesia) ou de um grupo que tanto pode representar a sociedade global, quanto ter seus próprios objetivos, como os tecnocratas, por exemplo. (Lefebvre, 2008, p.45).

A cidade, como afirma Lefebvre (2001), situa-se num meio termo, é uma mediação entre a ordem próxima (relação dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a ordem distante, a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições. Esta ordem distante se projeta na realidade prático-sensível, torna-se visível ao se inscrever na ordem próxima (Lefebvre, 2001, p.52). Assim, Lefebvre (1986) afirma que o urbano é o território onde se desenvolvem a modernidade e a cotidianidade no mundo moderno, pondo ênfase no cotidiano, na vida das cidades. Segundo o autor, a produção do espaço não se restringe apenas à produção no sentido estrito dos economistas, embora o projeto de desenvolvimento ocidental enfatize a racionalidade econômica. O modo de produção capitalista se defende num “front” muito mais amplo: a reprodução das relações de produção, que se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através do espaço inteiro (Lefebvre, 2008, p.48).

Segundo Coronil (2005), o mercado tornou-se o princípio organizador dominante da vida econômica, impondo sua racionalidade à sociedade, naturalizando a atividade econômica e convertendo as mercadorias em coisas estreitamente definidas como “econômicas”, provocando uma aparência despojada de vínculos sociais e de significado político. A própria cidade torna-se mercadoria, as metrópoles tendem a ser rentáveis, devem oferecer oportunidades vantajosas aos megainvestidores globais, e isso se dá através do

provimento de infraestruturas físicas e sociais, ocasionando a valorização de determinados lugares em detrimento de outros, o que estimula a competição entre lugares, cidades e regiões, reforçando a reprodução da condição desigual. Carlos (2004), tratando sobre a reprodução da cidade como negócio, explica, fazendo referência a Lefebvre, que a cidade como obra está para o valor de uso, então, como mercadoria, esta é valor de troca. A autora afirma que:

A construção da cidade dos negócios ao realizar o solo urbano como mercadoria indispensável à reprodução do capital financeiro o faz em detrimento da realização do uso - aquela destinada aos espaços residenciais e públicos. Aqui, o espaço improdutivo (aquele da realização da vida cujo uso dispensa a mediação do mercado, conseqüentemente, da troca) se choca com as necessidades da construção dos espaços produtivos - da realização do valor. (Carlos, 2004, p.35).

A cidade como obra passa a ser dividida, fragmentada, analisada como um frio objeto; suas funções são planejadas a partir de uma racionalidade técnica que possui a pretensa ideia de contribuir para o crescimento e ao progresso, como vimos, emblemas do desenvolvimento ocidental, que fundamenta o ideário do desenvolvimento brasileiro. Arquitetos, urbanistas, economistas, agentes e agências de desenvolvimento concebem a cidade como uma tela em branco onde seus desígnios podem ser concretizados. Pouco a pouco, de modo cada vez mais acelerado, o que tinha sentido pelo uso, redefine-se pela troca. Os problemas da cidade passam a ser problemas do mercado, da competitividade, da falta de oportunidades, deslocando e escamoteando a questão política, isto é, despolitizando a questão urbana. Um projeto de desenvolvimento monodimensional se instaura na cidade e agora nas metrópoles, redefinindo sua produção, fragmentando-a, provocando segregação espacial, desprezando a dimensão social, política e cultural, de um modo que, ou transforma toda a sociedade em consumidores, e neste sentido o recurso ao aumento do PIB trata de suplantando a realidade social através de taxas de crescimento e bons resultados (para quem?), ou cala as vozes do "outro" por meio da espoliação e da silenciosa violência que se ergue diariamente nos guetos de opulência, condomínios fechados, shopping centers e espaços privados - "privatopias" - polos de extrema riqueza que contrastam com os de extrema pobreza e miséria social nas metrópoles brasileiras.

4. Considerações finais: Considerando aberturas para não fechar

De acordo com Castoriadis (1987, 1992), vivemos num período de retração no conformismo, situado no final dos anos 80, caracterizado pela evanescência do conflito social, político e ideológico, uma atrofia completa da imaginação política. O autor afirma que para a superação deste cenário e ressurgimento do projeto de autonomia, novas atitudes humanas e novos objetivos políticos são exigidos. Souza (1996) aponta para a autonomia como princípio norteador para extrair alternativas aos estudos e propostas referentes ao tema “desenvolvimento”, explicando que vários autores encerram a discussão do assunto sem delinear possibilidades analíticas verdadeiramente radicais ao desenvolvimento visto como “modernização”. Castoriadis (1987) mostra que “o que podemos fazer é destruir os mitos, os quais, mais que o dinheiro e as armas, constituem o mais formidável obstáculo no caminho de uma reconstrução da sociedade humana”. O espaço é produto de relações sociais e também de certas representações dessas relações sociais de (re)produção. Ferreira (2007) apresenta essa questão a partir de Lefebvre:

(...) as representações do espaço têm considerável peso e influência na produção do espaço, principalmente levando em conta corresponderem a um sistema de signos, símbolos e códigos de representação dominantes em uma sociedade e que estão relacionados ao exercício do poder e à conformação do espaço abstrato. (Ferreira, 2007).

Neste sentido, as representações do espaço, que segundo Lefebvre (1991), correspondem às relações de produção, à ordem que elas impõem ligadas aos conhecimentos, aos signos, dos cientistas, planejadores e urbanistas, ou seja, o espaço dominante numa sociedade, atuam na conversão de ideologias em práticas: É preciso destruir o regime de produção de verdades, que determina as relações de poder no espaço, subverter a lógica dominante que opera sob a opressão, a exploração e a injustiça. Esta abertura concederá a cada habitante do lugar o direito da livre imaginação, o pensar utópico, a capacidade de definir, a partir de suas experiências e vivências, seu modo de desenvolver-se.

O espaço é produzido segundo os interesses dos distintos atores sociais, e estas intencionalidades podem contribuir para aprisionar como libertar. É preciso surpreender e revelar o processo de produção do espaço que escamoteia as contradições supondo uma certa coerência e harmonia espacial que se dá em detrimento da justiça social, através de

mecanismos de espoliação, coerção e cooptação. Torna-se necessário desvendar a produção do espaço metropolitano: Por trás de relatórios, planejamentos e números há uma intencionalidade. Há um modelo que se pretende o melhor e único para realização da vida. Este desconsidera a heterogeneidade do espaço (físico, social, mental), a multiplicidade e pluralidade de inter-relações; Aniquila o tempo e vê o espaço como um receptáculo, algo dado, onde os desígnios de uns sobrecuem sobre os outros, sem escolhas.

É preciso considerar o espaço onde as práticas cotidianas se desenvolvem e dão sentido ao lugar, onde a vida se dá, visando o direito à cidade, e agora o direito também a uma metrópole justa, onde todos podem participar das inovações, da mobilidade, de suas redes, sem nunca menosprezar o espaço banal, onde as relações mais simples do cotidiano acontecem, e, a partir dele, construir alternativas para o desenvolvimento baseado nas demandas dos sujeitos que dotam os lugares de significados. Sujeitos que não se limitam à mera “classe operária” ou a mais um percentual estatístico. São vidas que no espaço-tempo desejam realizar-se, experimentando todas as possibilidades que atualmente apenas uma parcela tem direito. No Brasil há vários “brasis”, portanto, múltiplos desenvolvimentos poderiam ser desenhados nas cidades e metrópoles brasileiras, que deveriam nascer do chão, não fora dele, considerando o espaço como esfera da ação onde a pluralidade da coexistência de múltiplas trajetórias guarda o potencial convidativo para o “eu” e o “outro” se unirem através das diferenças, entretanto, sem desigualdades.

Referências Bibliográficas

Capel, H. 2001. Dibujar el mundo – Borges, la ciudad y la geografía del siglo XXI. Barcelona, Ediciones del Serbal.

— . 2003. La Cosmópolis y la Ciudad. Barcelona, Ediciones del Serbal.

Carlos, A. F. A. 2004. A reprodução da cidade como negócio. In: Carlos, A. F. A.; Carreras, C.. (Org.). Urbanização e Mundialização. Estudos sobre a metrópole. São Paulo: Editora Contexto.

— . 1996. A natureza do espaço fragmentado. In: Santos, M; Souza, M. A. A. de; Silveira, M. L. (Org.). Território: Globalização e fragmentação. São Paulo, Editora HUCITEC.

Castoriadis, C. 1987-1992. O Mundo fragmentado (Encruzilhadas do labirinto III). Rio de Janeiro, Paz e Terra.

— . 1987. Reflexões sobre o desenvolvimento e a racionalidade. In: Castoriadis, C. As Encruzilhadas do labirinto II, os domínios do homem. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- Chesneaux, J. 1996. *Modernidade-mundo*. Petrópolis/Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- Coronil, F. 2005. *Natureza do Pós-Colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo*. In: Lander, E. (org). *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e Ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLASO.
- Escobar, A. 2005. El “postdesarrollo” como concepto y pratica social. In: Mato, D. (coord.) *Políticas de economia, ambiente y sociedad em tiempos de globalizacion*. Caracas, Facultad de Ciências Econômicas y Sociales, Universidade Central de Venezuela.
- Ferreira, A. 2007. *A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais*. IX Colóquio Internacional de Geocritica. [ONLINE] Disponível: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24515.htm>. [Acesso em 20 de setembro de 2012].
- Harvey, D. 2008. *O Neoliberalismo - histórias e implicações*. São Paulo, Edições Loyola.
- . 2009. *O Novo Imperialismo*. São Paulo, Edições Loyola.
- Ianni, O. 1993. *A sociedade Global*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. 2010. *Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília, IPEA.
- Lefebvre, H. 1986. *Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne*. Paris, Messidor/Éditions Sociales.
- . 1991. *The Production of Space*. Blackwell Publishing.
- . 2001. *O direito à cidade*. São Paulo, Centauro Editora.
- . 2008. *Espaço e Política*. Belo Horizonte, UFMG.
- Lencione, S. 2006. *Reconhecendo metrópoles: território e sociedade*. In: *Metrópole - governo, sociedade e território*. SILVA, C. A. da. FREIRE, D. G. & OLIVEIRA, F. J. G. de (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A: Faperj.
- . 2010. *Redes, Coesão e Fragmentação do território metropolitano*. [ONLINE] Vol. XIV. Disponível: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-69.htm> [Acesso em 17 de julho de 2012].
- Massey, D. 2012. *Pelo Espaço*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- Schech, S. e Haggis, J. 2003. *Culture and Development, a critical introduction*. Oxford (UK)/ Malden (USA), Blackwell Publishing.

Souza, M. L. de. 1996. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. Território. Vol. 1. Rio de Janeiro, Laget/UFRJ. p.5-22.

— . 1997. A expulsão do Paraíso. O “Paradigma da Complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. In: Castro, I; Gomes, P. C. Côrrea, R.L. (orgs.) Explorações Geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

— . 2005. O desafio metropolitano: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

Verhelst, T. G. 1992. O direito à diferença, Identidades Culturais e desenvolvimento. Petrópolis/Rio de Janeiro, Editora Vozes.